



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - GESTÃO

2020



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ÁGUA BRANCA

JOYCE CANAL CORTELETI

Diretora-Presidente de 01/11/2020 a 31/12/2020

SUZIANY PASTE GONÇALVES OLIVEIRA

Diretora-Presidente Interina até 31/10/2020

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município

2020



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO
SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO

Emitente: Controladoria Geral do Município de Águia Branca/ES

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca

Gestor responsável: Suziany Paste Gonçalves Oliveira (02/01/2017 até 31/10/2020) – Decreto nº 7.466/2017, e Joyce Canal Corteleti (01/11/2020 até 31/12/2020) – Decreto nº 9.079/2020.

Exercício: 2020

1. RELATÓRIO

1.1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento as determinações contidas na IN TCEES 68/2020, e o disposto no que preconiza os artigos 70 e 74 da Constituição Federal, e o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, apresentamos o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2020 da Unidade Gestora – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca – ÁGUA BRANCA PREV.

O presente relatório compõe a Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas Suziany Paste Gonçalves Oliveira (02/01/2020 até 31/10/2020) – Decreto nº 7.466/2017, e Joyce Canal Corteleti (01/11/2020 até 31/12/2020) – Decreto nº 9.079/2020, ao qual responderam no exercício de 2020 pela Unidade Gestora - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca – ÁGUA BRANCA PREV, conforme estabelece a Instrução Normativa TCEES nº 68/2020.

Desta forma, em cumprimento a Instrução Normativa Interna nº 04/2014, que trata das normas relativas à elaboração de Parecer Conclusivo sobre as contas anuais, referente ao exercício financeiro 2020, o Departamento de Contabilidade do ÁGUA BRANCA PREV, encaminhou, a esta Controladoria Geral, em 12/02/2020 as peças contábeis para a PCA.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Informamos que os trabalhos foram realizados pelos servidores integrantes da Controladoria Geral do Município de Águia Branca, que procedeu com a verificação documental dos arquivos que compõem a PCA, segundo Anexo III da IN TCEES nº 68/2020 e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Outrossim, em razão da nomeação de Auditor Público Interno Efetivo, apenas em 11/11/2020, não foram realizadas Auditorias Contábeis pela Controladoria Geral do Município no exercício anterior, considerando que não houve tempo hábil suficiente para realização das atividades prevista no PAAI do Controle Interno.

Ademais, ressalta-se que esta Controladora Geral assumiu a função nesta UCCI apenas no início de 2021, e por ocasião desta, não tem o condão de prestar demais esclarecimentos acerca do não cumprimento das atividades desenvolvidas pelo Controlador Geral Municipal no exercício do ano anterior.

1.2. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe no artigo 74 da Constituição Federal de 1988¹, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Controladoria Geral do Município adotou como metodologia de trabalho para emissão do Relatório, priorizar análises das demonstrações da tabela referencial 01 que pudessem ser comprovados por análise documental.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

¹ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...) II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; (...) IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.3. PONTOS DE CONTROLE

Ressalta-se que, considerando a não realização de Auditorias no exercício de 2020, todas as proposições colacionadas no presente Relatório procedem de Verificação Documental relativa à Prestação de Contas Anual – PCA enviadas pela Unidade Gestora.

1.3.1 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 1.2.10 – Disponibilidade Financeira – Contas específicas

1.2.10	Disponibilidades financeiras - contas específicas	EXTBAN; BALANÇO PATRIMONIAL; Demonstrativo de saldos bancários, perdas e rendimentos fornecido pelo ABPREV.	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	<p>CONTAS DE DISPONIBILIDADE E CONTAS DE FUNDOS</p> <p>BANCOS: BANCO DO BRASIL CONTAS, N° 10.671-2 FUNDOS: CNPJ 11328882/0001-35 03543447/0001-03 07111384/0001-69</p> <p>CONTAS N° 10672-0 FUNDOS: CNPJ 07111384/0001-69</p> <p>BANESTES: CONTAS N° 16.517.849, FUNDOS: CNPJ 05357507/0001-10 09594596/0001-70 20230719/0001-26</p> <p>CONTAS N° 16.518.375 FUNDOS: CNPJ 05357507/0001-10</p> <p>CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA N° 0045-9 FUNDOS: CNPJ: 10740658/0001-93 10740670/0001-06 232150970001-55</p>	<p>SOMATÓRIO MENSAL DE SALDO DAS CONTAS NO EXERCÍCIO DE 2020</p> <p><u>CONTAS DE DISPONIBILIDADES:</u> -JANEIRO: R\$368.094,25 -FEVEREIRO: R\$494.440,41 -MARÇO: R\$613.722,53 -ABRIL: R\$732.696,18 -MAIO: R\$851.814,61 -JUNHO: R\$978.373,56 -JULHO: R\$1.110.178,32 -AGOSTO: R\$1.218.754,43 -SETEMBRO: R\$1.348.363,34 -OUTUBRO: R\$1.448.906,69 -NOVEMBRO: R\$1.575.153,63 -DEZEMBRO: R\$1.818.605,68</p> <p><u>CONTAS DE FUNDOS:</u> -JANEIRO: R\$34.206.719,86 -FEVEREIRO: R\$34.324.579,86 -MARÇO: R\$32.651.628,71 -ABRIL: R\$32.901.073,74 -MAIO: R\$33.213.893,72 -JUNHO: R\$33.581.255,93 -JULHO: R\$34.475.845,63 -AGOSTO: R\$34.062.485,65 -SETEMBRO: R\$33.503.681,96 -OUTUBRO: R\$34.611.627,56 -NOVEMBRO: R\$33.923.336,07 -DEZEMBRO: R\$34.993.589,49</p>
--------	---	---	-----------------------------	---	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Analisando os anexos da PCA, quais sejam, Extratos Bancários - EXTBAN, Balanço Patrimonial - BALPAT e Demonstrativo de saldos bancários, perdas e rendimentos fornecidos pelo ÁGUA BRANCA PREV, verifica-se que as disponibilidades financeiras foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor, bem como foram realizadas aplicações em fundos de investimentos específicos.

Ponto de Controle 1.2.14 – Equilíbrio financeiro e atuarial Plano de Equacionamento

1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial Plano de Equacionamento	Lei Municipal nº 1.593/2020; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; RELCUST	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	Lei Municipal nº 1.593/2020 aprovada em 28.08.2020; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; RELCUST	Lei Municipal nº 1.593/2020 aprovada em 28.08.2020;; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; RELCUST
--------	--	---	--	---	--	---

Considerando análise contábil realizada no RELCUST – Relatório do Plano de Custeio e de Benefícios do RPPS, apurou-se que o ÁGUA BRANCA PREV não apresenta desequilíbrio financeiro.

No entanto, tendo em vista que a Unidade Gestora apresenta desequilíbrio atuarial, foi regulamentado o Plano de Amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, instituído por Lei Municipal nº 1.593/2020, que dispõe sobre a Reavaliação Atuarial no exercício de 2020.

Depreende-se ainda, que as Leis nº 522/2002 e 523/2002, respectivamente, regulamentam o Plano de Custeio do ÁGUA BRANCA PREV, e, a criação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.2.15 – Escrituração Contábil – Registro das provisões matemáticas previdenciárias

1.2.15	Escrituração Contábil - Registro das provisões matemáticas previdenciárias	Arquivos: BALATU; PROATU; DEMAAT; BALVER.	LC 101/2000, art.69; Lei 4.320/1964, art.100. Lei 9.717/98, art. 1º. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC, MCASP, Portaria MPS 403/2008, art.17 e demais correlatas.	Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em especial ao registro das provisões matemáticas previdenciárias.	Plano Previdenciário: R\$ 33.222.876,30 PROVISÕES ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL ELEMENTO DE DESPESA 2.2.7.2.1.03.03 2.2.7.2.1.03.04 2.2.7.2.1.04.00 2.2.7.2.1.04.01 2.2.7.2.1.04.02 2.2.7.2.1.04.03 2.2.7.2.1.04.04 2.2.7.2.1.05.98	Plano Previdenciário: R\$ 33.222.876,30 PROVISÕES ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL ELEMENTO DE DESPESA 2.2.7.2.1.03.03 2.2.7.2.1.03.04 2.2.7.2.1.04.00 2.2.7.2.1.04.01 2.2.7.2.1.04.02 2.2.7.2.1.04.03 2.2.7.2.1.04.04 2.2.7.2.1.05.98
--------	--	---	--	--	--	--

Consoante o Balancete Contábil de Verificação – BALVER e o Relatório de Provisões Matemáticas previdenciárias vigentes, levantou-se que o registro das provisões matemáticas obedecem às normas de contabilidade do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e atuária, e demais legislações vigentes, mantendo assim, o equilíbrio financeiro e atuarial da Unidade Gestora.

Ponto de Controle 1.2.17 – Conciliação de Contas

1.2..17	Conciliação de contas	ANEXOS: DELQUIT; BALPAT	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas IN 68/2020 do TCEES	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com o registro de créditos previdenciário a receber (BALPAT)	Todas as despesas decorridas de encargos financeiros formam recolhidas no exercício de 2020.	Todas as despesas decorridas de encargos financeiros formam recolhidas no exercício de 2020.
---------	-----------------------	-------------------------	---	--	--	--

Segundo as informações constantes nos anexos da PCA, referente à Declaração de Quitação - DELQUIT e Balanço Patrimonial - BALPAT, nota-se que há consistência do saldo devedor, e que foram devidamente recebidas todas as contribuições vincendas dos patronais e dos servidores no exercício de 2020.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.2.18 – Conciliação de Contas

1.2.18	Conciliação de contas	ANEXOS: DELQUIT; BALPAT	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas IN 68/2020 do TCEES	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com a diferença das contribuições devidas e recebidas pelo RPPS (DEMREC)	Todas as despesas decorridas de encargos financeiros formam recolhidas no exercício de 2020, não havendo saldo devedor.	Todas as despesas decorridas de encargos financeiros formam recolhidas no exercício de 2020, não havendo saldo devedor.
--------	-----------------------	-------------------------	---	--	---	---

Considerando a inexistência de saldo devedor evidenciado na Declaração de Quitação – DELQUIT, não foi necessária a realização do confronto nos arquivos contábeis para análise da consistência de saldo devedor.

Ponto de Controle 1.2.19 – Conciliação de Contas

1.2.19	Conciliação de contas	Arquivos: BALUTU BALVER	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas IN 68/2020 do TCEES	Consistência do balanço atuarial (BALATU) com o registro de provisões matemáticas previdenciárias (BALVER)	Coerência entre os arquivos analisados. Total apurado de R\$ 36.812.195,17	Coerência entre os arquivos analisados. Total apurado de R\$ 36.812.195,17
--------	-----------------------	-------------------------	---	--	---	---

Analisando os arquivos que compõe a PCA, Balanço Atuarial – BALATU e Balancete Contábil de Verificação – BALVER, nota-se consistência no registro de provisões matemáticas previdenciárias em longo prazo.

Ponto de Controle 2.5.12 – Orçamento

2.5.12	Orçamento	ORÇAMENTO	Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar se o orçamento está utilizando a correta fonte de recursos definida por Resolução deste Tribunal, aplicáveis a gestão previdenciária.	Elemento de despesa 14100000007 – Recursos vinculados ao RPPS – Plano Previdenciário. 14300000000 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração.	Elemento de despesa 14100000007 – Recursos vinculados ao RPPS – Plano Previdenciário. 14300000000 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração.
--------	-----------	-----------	----------------------	---	--	--

Partindo da verificação do Orçamento previsto para o exercício de 2020, apurou-se que foram classificadas as fontes de recursos conforme preconiza a Lei 4.320/64 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.13 – Orçamento

2.5.13	Orçamento	ORÇAMENTO	Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar se no orçamento do RPPS que recebe cobertura de insuficiência financeira para complementação da folha de benefícios possui despesa fixada no mesmo montante correspondente na fonte de recursos do tesouro	O Instituto de Previdência do Município de Águia Branca/ES, não apresenta insuficiência financeira.	O Instituto de Previdência do Município de Águia Branca/ES, não apresenta insuficiência financeira.
--------	-----------	-----------	----------------------	--	---	---

Ao apreciar os anexos da PCA, em conformidade com o que dispõe a Lei 4.320/64 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, verifica-se que não há insuficiência financeira para complementação da folha de benefícios.

Ponto de Controle 2.5.18 – Avaliação Atuarial – Reavaliação Anual

2.5.18	Avaliação atuarial reavaliação anual	Reavaliação Atuarial 2020 ABPREV-ES (Responsável: Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) - Lei Municipal nº 1.590/2020; http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1590-2020-1601035837.pdf - Lei Municipal nº 1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.	Reavaliação Atuarial 2020 ABPREV-ES (Responsável: Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) - Lei Municipal nº 1.590/2020; http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1590-2020-1601035837.pdf - Lei Municipal nº 1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf	Reavaliação Atuarial 2020 ABPREV-ES (Responsável: Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) - Lei Municipal nº 1.590/2020; http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1590-2020-1601035837.pdf - Lei Municipal nº 1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf
--------	--------------------------------------	---	--	--	---	---

Consoante as Leis Municipais nº 1.590/2020 e 1.593/2020, que tratam da Reavaliação Atuarial, apurou-se que o ÁGUA BRANCA PREV realizou a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios para manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.19 – Cálculo atuarial com data base

2.5.19	Cálculo atuarial data base	Reavaliação Atuarial 2020 ABPREV-ES (Responsável: Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) – DEMAAT - Lei Municipal nº 1.590/2020; http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1590-2020-1601035837.pdf - Lei Municipal nº 1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF, normas brasileiras de contabilidade e regime de competência	Verificar se o RPPS realiza cálculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício	Reavaliação Atuarial 2020 ABPREV-ES (Responsável: Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) - Lei Municipal nº 1.590/2020; http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1590-2020-1601035837.pdf - Lei Municipal nº 1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf	Reavaliação Atuarial 2020 ABPREV-ES (Responsável: Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) – DEMAAT - Lei Municipal nº 1.590/2020; http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1590-2020-1601035837.pdf - Lei Municipal nº 1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf
--------	----------------------------	--	---	---	---	--

Em conformidade a Reavaliação Atuarial 2020 – DEMAAT, e demais legislações vigentes, verifica-se que o cálculo atuarial foi elaborado e posicionado com data base em 31/12/2020, sendo que as provisões atuariais advindas desse estudo atuarial foram lançadas em compatibilidade com as demonstrações contábeis do exercício, na data de 31/12/2020, em respeito ao Princípio da Competência.

Ponto de Controle 2.5.20 – Plano de amortização instituição por lei

2.5.20	Plano de Amortização instituição por lei	- Lei Municipal nº 1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 18, §1º.	Verificar se foi instituído por lei plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial com prazo máximo de 35 anos.	- Lei Municipal nº 1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf	- Lei Municipal nº 1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf
--------	--	---	--	---	---	---

De acordo com a disposição legal da Lei Municipal nº 1.593/2020, que dispõe acerca da reavaliação atuarial 2020, observa-se que foi instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração dos servidores ativos utilizando-se período de 35 (trinta e cinco) anos para cálculo de tabela de equacionamento do déficit atuarial.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.21 – Plano de amortização estudo de viabilidade

2.5.21	Plano de Amortização estudo de viabilidade	Arquivo SUSTEN Lei Municipal nº 1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf	Art. 40 da CF/88, art. 1º e 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 19 e 20.	Verificar se foi elaborado estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites de despesas de pessoal, por todo o período de duração do plano de amortização do déficit atuarial.	Arquivo SUSTEN Lei Municipal nº 1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf	Arquivo SUSTEN Lei Municipal nº 1.593/2020. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf
--------	--	--	---	---	--	--

Conforme informações apresentadas no arquivo Estudo de Sustentabilidade do "RPPS" – SUSTEN, verifica-se que foi elaborado estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites de despesa de pessoal por todo o período do plano de amortização do déficit atuarial constante na Lei Municipal nº 1.593/2020.

Ponto de Controle 2.5.22 – Contabilização da amortização do déficit atuarial

2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Arquivo BALVER	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Elemento de Despesa - 421120300000 Contribuições Previdenciárias para Amortização do Déficit Atuarial R\$ 1.281.958,10	Elemento de Despesa - 421120300000 Contribuições Previdenciárias para Amortização do Déficit Atuarial R\$ 1.281.958,10
--------	---	----------------	---	---	---	---

Segundo apuração do Balancete Contábil de Verificação – BALVER, constatou-se a correta contabilização dos repasses das amortizações de déficit atuarial ao RPPS pela Unidade Gestora, em consonância com as regulamentações vigentes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e da Portaria MPS 403/2008.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.23 – Segregação de planos – estabelecimento por lei

2.5.23	Segregação de planos - estabelecimento por lei	Fonte ABPREV Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002;	Art. 40 da CF/88, art. 1º, 50, III e 69 da LRF. Portaria MPS 403/08, art. 21 caput.	Verificar se houve separação financeira, orçamentária e contábil do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário foi implementada por lei, e que permita a emissão de demonstrações contábeis segregadas para cada plano.	O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca-ES não apresenta segregação de massa.	O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca-ES não apresenta segregação de massa.
--------	--	--	---	---	---	---

Segundo consta dos arquivos que compõem a PCA do Instituto de Previdência, e em consonância com as Leis Municipais nº 522/2002 e nº 523/2002 não há ocorrência de segregação de massas, sendo inaplicável qualquer verificação contábil, uma vez que não foram estabelecidas nas legislações municipais a segregação entre o Plano Previdenciário e o Plano Financeiro. Dessa forma, o Plano do AGUIA BRANCA PREV, é exclusivamente previdenciário.

Ponto de Controle 2.5.31 – Comitê de Investimentos – instituição

2.5.31	Comitê de investimentos - Instituição	ARQUIVO RELGES	Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alíneas "b" e "c".	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.	Decreto de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 9.093/2020.	Decreto de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 9.093/2020.
--------	---------------------------------------	----------------	--	---	---	---

De acordo com o Relatório de Gestão – RELGES, em conformidade com o que estabelece o art. 3º-A, alíneas "b" e "c" da Portaria MPS 519/2011, foi instituído pelo Decreto nº 9.093/2020, o Comitê de Investimento dos recursos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos para mandato de 03 (três) anos.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.5.32 – Comitê de Investimentos – reuniões

2.5.32	Comitê de investimentos - Reuniões	ARQUIVO RELGES	Portaria MPS 519, de 24 de Agosto de 2011, art. 3º-A, alíneas "b" e "c".	Verificar se houve periodicidade das reuniões e que as deliberações foram registradas em atas.	Reuniões do Comitê de Investimento: -03/04/2020; -22/05/2020; -03/09/2020; -02/10/2020; -04/12/2020. Livro Ata I – 01/2019	Reuniões do Comitê de Investimento: -03/04/2020; -22/05/2020; -03/09/2020; -02/10/2020; -04/12/2020. Livro Ata I – 01/2019
--------	------------------------------------	----------------	--	--	--	--

Ao verificar o Relatório de Gestão – RELGES e Livro Ata I – 01/2019, constatou-se que foram realizadas no exercício de 2020, periodicamente, reuniões do Comitê de Investimento, sendo as deliberações registradas em atas, e arquivadas no Instituto de Previdência.

Ponto de Controle 2.5.33 – Comitê de Investimentos - Certificados dos membros

2.5.33	Comitê de investimentos Certificados dos membros	ARQUIVO RELGES	Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alínea "e".	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.	Membros do Comitê de Investimento: -Joyce Canal Corteleti: Qualificação: CPA 10; -Adriana Santos de Lima Barbalho: Qualificação: não possui CPA 10; -Cláudia Cuerci Fedeszen Mozdzen: Qualificação: CPA 10.	Membros do Comitê de Investimento: -Joyce Canal Corteleti: Qualificação: CPA 10; -Adriana Santos de Lima Barbalho: Qualificação: não possui CPA 10; -Cláudia Cuerci Fedeszen Mozdzen: Qualificação: CPA 10.
--------	--	----------------	---	---	--	--

Consoante análise do Relatório de Gestão – RELGES, nota-se que a maioria dos membros do Comitê de Investimentos do AGUIA BRANCA PREV possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais – CPA 10, cumprindo portanto, os ditames previstos no art. 3º-A, alínea "e" da Portaria MPS 519/2011.

Ponto de Controle 2.5.34 – Política de Investimento

2.5.34	Política de Investimento	Fonte: ABPREV	Lei 9.717/98, art.1º, § único e 6º, IV e VI; Resolução CMN 3992/2010, art. 4º.	Verificar se foi instituída no exercício anterior, a Política de Investimento para exercício financeiro	O ABPREV elaborou a Política Pública de Investimento, disponível no site da Prefeitura Municipal de Águia Branca/ES.	O ABPREV elaborou a Política Pública de Investimento, disponível no site da Prefeitura Municipal de Águia Branca/ES.
--------	--------------------------	---------------	--	---	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				subsequente.	https://www.prefeituradeagua-branca.es.gov.br/uploads/pca/2021-instituto-de-previdencia-dos-servidores-publicos-de-agua-branca-processo-1609351401.pdf	https://www.prefeituradeagua-branca.es.gov.br/uploads/pca/2021-instituto-de-previdencia-dos-servidores-publicos-de-agua-branca-processo-1609351401.pdf
--	--	--	--	--------------	---	---

Em consulta ao Portal da Transparência do Município de Águia Branca, constatou-se que o AGUIA BRANCA PREV instituiu no exercício anterior a Política de Investimento para o exercício financeiro de 2021.

Ponto de Controle 2.5.45 – Despesa Administrativa fixação em lei

2.5.45	Despesa Administrativa fixação em lei	Lei Municipal nº 522/2002.	Lei 9.717/98, art. 6. Portaria MPS 403/08, art. 15. Lei Local.	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Lei Municipal nº 522/2002, Art.7º. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/L5222002.pdf	Lei Municipal nº 522/2002, Art.7º. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/L5222002.pdf
--------	---------------------------------------	----------------------------	--	--	---	---

Em conformidade com a Lei Municipal nº 522/2002, que instituiu o Plano de Custeio do Regime de Previdência Social dos servidores públicos do Município de Águia Branca/ES, verifica-se em seu art. 7º a previsão legal do percentual de 2% do total da remuneração dos servidores municipais destinado para as despesas administrativas.

1.4 CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação

Após verificação exclusivamente documental dos arquivos anexados a PCA, não foram constatados ACHADOS, de modo que não se fizeram necessárias a emissão de Orientações Técnico-Jurídicas a Unidade Gestora.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual da Unidade Gestora – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca elaborada sob a responsabilidade dos Ordenadores de Despesas Sra. Suziany Paste Gonçalves Oliveira no período de 02/01/2020 até 31/10/2020 e Sra. Joyce Canal Corteleti no período de 01/11/2020 até 31/12/2020, relativo ao exercício de 2020.

Consoante à verificação exclusivamente documental tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no **item 1.3** deste relatório, e, consequentemente apresentados a esta Controladoria Geral, a Prestação de Contas se encontra **REGULAR COM RESSALVA**, considerando que não foi realizado pelo Controle Interno Análises Contábeis por meio de Auditorias no exercício de 2020.

No tocante as razões que levaram a abstenção do Controle Interno da análise de alguns itens da IN 68/2020, depreende-se que, não foi possível a realização de Auditorias Contábeis pela Unidade Central de Controle Interno, tendo em vista a ausência de Auditor Público Interno efetivo, que somente tomou posse nesta UCCI no mês de Novembro de 2020.

É o parecer.

Águia Branca/ES, 22 de março de 2021.

Menara Scaldaferro Rodrigues
Controladora Geral do Município
Decreto nº 9.245/2021